

## Viva Zapata, Viva Fidel:

### As revoluções sociais que transformaram a América Latina

Milene Fádua<sup>1</sup>

#### Resumo

No campo da História, as revoluções são entendidas como tão importantes em termos de mudanças sociais quanto qualquer outro fenômeno político. Apesar disso, alguns autores consideram o estudo das revoluções um campo marginalizado dentro da Relações Internacionais e que por serem processos “internos”, nem sempre recebem a devida atenção nesta disciplina. Para desmistificar esse ponto, este artigo analisa as Revoluções Mexicana e Cubana como exemplos de revoluções que manifestaram não só a revolta de sua população com a situação política, mas também a mudança do *status quo*, produzindo um movimento de enfrentamento do despotismo e da demagogia dos líderes de seus Estados. A Revolução Mexicana revelou a força do campo, de uma população rural – em sua maioria – que estava cansada de ver suas terras serem perdidas para latifundiários. No caso de Cuba, enquanto as relações com os EUA se tornavam cada vez mais complicadas e distantes, com a URSS se tornavam cada vez mais próximas e dependentes. Como forma de análise, perspectivas de diferentes autores se farão presentes a fim de apresentar a visão latino-americana sobre os processos analisados.

**Palavras-chave:** América Latina – Revolução Mexicana – Revolução Cubana – Relações Internacionais.

#### Resumen

En el campo de la historia, se entiende que las revoluciones son tan importantes en términos de cambios sociales como cualquier otro fenómeno político. A pesar de esto, algunos autores consideran el estudio de las revoluciones como un campo marginado dentro de las Relaciones Internacionales y que por ser procesos “internos”, no siempre reciben la debida atención en esta disciplina. Para desmitificar este punto, este artículo analiza las revoluciones mexicana y cubana como ejemplos de revoluciones que manifestaron no solo la revuelta de su población con la situación política, sino también el cambio del *status quo*, produciendo un movimiento para enfrentar el despotismo y la demagogia de los líderes de sus estados. La Revolución Mexicana reveló la fuerza del campo, de

---

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH), 2019.  
E-mail: [milenefadua@gmail.com](mailto:milenefadua@gmail.com).

una población rural -en su mayoría- que estaba cansada de ver perder sus tierras a manos de los terratenientes. En el caso de Cuba, mientras las relaciones con Estados Unidos se volvían cada vez más complicadas y distantes, con la URSS se volvían cada vez más cercanas y dependientes. Como forma de análisis, estarán presentes las perspectivas de diferentes autores para presentar la mirada latinoamericana sobre los procesos analizados.

**Palabras clave:** America Latina – Revolución Mexicana – Revolución Cubana – Relaciones Internacionales.

---

## Introdução

Após a I Guerra Mundial, viu-se a necessidade de um campo científico que pudesse explicar quais razões e crenças levavam a humanidade a entrar em guerra com o passar dos séculos. Dentro desse contexto, nasce o campo de estudos das Relações Internacionais (RI), formado por vários outros como a Ciência Política, Sociologia, Geografia, História etc. A guerra, elemento -chave na disciplina, é entendida como um fenômeno de grande escala e que exige grande quantidade e variedade de atores para ocorrer. Mas, como as Relações Internacionais tratam os conflitos menores? Como o campo lida com as revoluções, por exemplo?

A disciplina de RI não tem relacionamento confortável com as revoluções (HALLIDAY, 2007). Embora guerras e revoluções sejam assuntos importantes, os processos recebem desiguais níveis de atenção no campo. Diferente das guerras, as revoluções têm um caráter mais introspectivo (HALLIDAY, 2007), mais isolados e muitas vezes comparados a guerras civis. Em termos de popularidade, podemos ressaltar que algumas revoluções são mais notáveis que outras. Quando se diz que as revoluções são fenômenos isolados, não se afirma que elas não possuam dimensão política suficiente para serem tratadas com importância, mas que sua dimensão não atinge uma transformação homogênea da sociedade como um todo. Entretanto, não podemos afirmar que as revoluções não tenham trazido complexidade política suficiente que justifique seu recolhimento a um segundo plano de importância. O Sul Global viveu revoluções tão influentes e transformadoras quanto a corrida armamentista foi para o cenário global (HALLIDAY, 2007).

Nesse sentido, esse artigo propõe analisar duas revoluções ocorridas na América Latina: as Revoluções Mexicana e Cubana. A América Latina, região

marcada por inúmeros conflitos políticos, desde o processo da colonização, tem passado por diversas transformações políticas, sociais e culturais. Analogamente, ambas as Revoluções aqui analisadas têm caráter político emancipatório.

Esse artigo vai se orientar pela seguinte pergunta: quais processos políticos levaram à eclosão dessas revoluções? A partir dessa pergunta, o artigo se propõe a analisar de forma breve, a dimensão de cada revolução e sua importância para as Relações Internacionais e para o cenário político mundial. Para que a análise seja possível, o artigo contará com diferentes bibliografias sobre o tema exposto.

O artigo será apresentado da seguinte forma: primeiro, serão contextualizadas a origem e a consolidação do termo “América Latina” e a relação com as colônias europeias. Em seguida, será feita uma análise sobre a Revolução Mexicana, através da qual pretende-se investigar quais as transformações políticas produzidas por ela no México e, em alguma medida, qual sua importância para o cenário político mundial da época. Por último, será feita uma análise sobre a Revolução Cubana, os processos que a desencadearam e a relação com os EUA e a URSS até a Crise dos Mísseis (1962). Com esse processo, pretende-se responder à pergunta apresentada de forma concisa e satisfatória. Não é objetivo desse artigo apresentar defesa ou condenação dos fatos históricos nele apresentados, mas sim, ampliar o debate sobre as revoluções nas Relações Internacionais (RI) e contribuir para a discussão acerca da história política da América Latina.

### **América Latina: do interesse à concretização da ideia**

A história da América Latina não nasce antes do período colonial. Enquanto antes da colonização toda a região era entendida como “América” (MIGNOLO, 2007), o termo “América Latina” nasce para cumprimento de interesses políticos europeus, como parte de um novo desenho imperial (MIGNOLO, 2007). A colonização, enquanto processo político e epistemológico, configurou-se como um conjunto de ideias e ações que ampliaram as ambições do continente europeu. No que tange a expressão, como substantivo composto, a América Latina é o conjunto das Américas de língua espanhola, portuguesa e francesa<sup>2</sup>(ARDAO, 1980, p. 23).

---

<sup>2</sup> Tudo é nomeado como latino no Hemisfério, à exceção do Canadá e dos Estados Unidos da América, apesar de haver aqui países colonizados por ingleses, holandeses, franceses, espanhóis

A ideia de “América Latina” tem duas fases distintas: a primeira, é de restauração da civilização europeia da primeira parte do período colonial. A segunda, nasce na metade do século XIX, com a ideia de “latinidade” (Mignolo, 2007, p. 81). De acordo com Mignolo (2007), a América Latina nasce com a ideia de um “Novo Mundo”, ou seja, um continente cheio de riquezas moldado conforme uma ideologia cis-hetero-patriarcal (AKOTIRENE, 2019). A ideia dessa “nova” América não incluía os povos originários, entendidos como inferiores pelos europeus (MIGNOLO, 2007). A criação e o uso do termo “América Latina” expressam uma oposição política entre os norte-americanos brancos e os outros americanos de qualquer tonalidade de pele ou genealogia (LEITE, 2009, p. 4).

De acordo com Ardao (1980), a ideia do nome “América Latina” passa pelo mesmo processo de escolha do nome “América”. No caso das Américas, o ponto de partida foi o “descobrimento”. No caso da América Latina, foi a independência ao fim da gestação colonial. Até esse ponto, vale lembrar, existia apenas uma ideia. O primeiro uso do termo surge no fim do século XVIII e até a metade no século XIX (ARDÃO, 1980, p. 25). Em algumas colônias ibéricas, o conceito de América Latina surgiu do conflito de nações imperiais e resultando não em um subcontinente, mas sim em um projeto político das elites criollas<sup>3</sup> e mestiças (MIGNOLO, 2007, p.81). O conceito de “latinidade” (*latinité*) nascido na França, se propôs a marcar as antigas colônias portuguesa e espanhola em um novo mundo moderno<sup>4</sup> (MIGNOLO, 2007).

“Dentro desse conceito, se observamos a América Latina, há diferentes heranças culturais, diferentes línguas, predominâncias variadas em termos étnicos, riqueza cultural intensa e diversificada”, aponta Araújo (2006, p 1). Segundo Leite (2009) essa “mestiçagem de raça e cultura foi uma questão crucial da identidade latino-americana” uma vez que “o racismo serviu para justificar, ao longo da história, a agressão e a exploração dos latino-americanos” (p. 5).

A cor da pele dos indígenas, negros e mestiços foi categorizada pelos colonizadores como fator determinante para exploração e inferiorização daqueles povos<sup>5</sup> (QUIJANO, 2005). Toda a construção do continente passou pela

---

e portugueses e de a região ter recebido correntes migratórias de diversas origens europeias, africanas e asiáticas, diferentes heranças culturais, diferentes línguas, predominâncias variadas em termos étnicos, riqueza cultural intensa e diversificada (ARAÚJO, 2006, p. 1).

<sup>3</sup>São filhos dos europeus nascido nas Américas, propriamente dos portugueses e espanhóis. Conhecidos também como hispano-americanos e luso-americanos (ECHEVERRIA, 1988 apud MIGNOLO, 2007).

<sup>4</sup> Antes que o contexto de modernidade surgisse, nada que se conhece como América Latina existia.

<sup>5</sup> Segundo Quijano (2005), a ideia de raça não era conhecida antes das Américas.

exploração dos povos originários, dos negros transportados do continente africano ou dos povos mestiços, entretanto, a importância desses povos foi marginalizada pelo eurocentrismo<sup>6</sup> (DUSSEL, 2000; QUIJANO, 2005).

O colonialismo para além de uma dominação e exploração material, também foi uma dominação epistemológica (Santos, B.S.,2009). Isso significa que, para além da exploração das riquezas e da mão de obra escrava, os colonizadores também impuseram seu conhecimento como superior ao daqueles que eram dominados, escravizados e explorados. Nesse contexto, acontece o epistemicídio (BOAVENTURA SANTOS, 2009), uma forma de supressão e desmantelamento de determinado conjunto de valores, crenças e ideias. Segundo aponta Hobsbawm (2017, p.60), em 1830, as ex-colônias espanholas e portuguesas, com exceção de Cuba e Porto Rico, já eram independentes, apesar de se terem tornado dependentes econômicos informais da Grã-Bretanha.

“A crise do colonialismo, iniciada na I Guerra Mundial e acentuada depois da II Guerra Mundial”, diz Theotônio dos Santos, “colocara em discussão algumas destas interpretações da evolução histórica” (1998, p. 3). E nesse declínio colonial, ao final da I Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA), consolidaram-se como maior potência econômica (AYERBE, 2002, p. 63). “Entre o último quarto do século XIX e o começo do XX, as relações internacionais se pautaram pelo expansionismo das grandes potências e a luta dos monopólios pelo controle dos mercados, o que configura uma fase diferente do capitalismo” (AYERBE, 2002, p. 59). Nesse contexto, o imperialismo norte-americano não tardou em chegar à América Latina. Segundo Ayerbe (2002, p. 60), “o imperialismo estadunidense não era simplesmente a defesa de interesses econômicos, mas também de princípios ideológicos”<sup>7</sup>.

De acordo com Ayerbe, as relações dos EUA com a América Latina se tornaram mais acentuadas no período de 1933 a 1945 (2002). No período da Guerra Fria, mais exatamente na década de 50, a Teoria do Desenvolvimento

---

<sup>6</sup> “Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (QUIJANO, 2005, p. 126).

<sup>7</sup> Segundo Ayerbe (2002, p. 60) esses princípios são: a) As relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina; b) A articulação entre interesses privados (mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação da agenda de segurança e da política externa dos Estados Unidos para o hemisfério; c) A interação entre os grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina.

atingia seu ápice (SANTOS, 1998). Como consequência surgia, no campo teórico latino-americano, a Teoria da Dependência.

O tratamento da pobreza permitiu a sociedade conquistar novos territórios, talvez mais que o poder industrial e tecnológico. O nascimento de uma ordem capitalista e moderna dependiam de uma política de pobreza cuja intenção era não só criar consumidores, se não transformar a sociedade, convertendo os pobres em objeto de conhecimento de administração (ESCOBAR, 2007, p. 50).

“A Teoria da Dependência, que surgiu na América Latina nos anos 60”, afirma Theotônio dos Santos, “tentava explicar as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nestes países” (1998, p. 8). A teoria da dependência se consolidou com o surgimento de um número expressivo de intelectuais latino-americanos que pensaram a forma de organização social do continente, sua dependência internacional e suas desigualdades.

Desde o período da II Guerra Mundial, ao período da Guerra Fria, a América Latina teve um impulsionamento para o desenvolvimento econômico (AYERBE, 2002). Essa impulsividade para o desenvolvimento não fora a cura para os problemas do continente, “o processo da rápida globalização e a dominação pelos EUA na ‘guerra contra a pobreza’ no Terceiro Mundo começou a ocupar um lugar de destaque” (ESCOBAR, 2007, p. 48).

Desde a “política da boa vizinhança” do governo Roosevelt, a injeção de capital norte-americano na América Latina foi constante (AYERBE, 2002). Vale lembrar que muito mais do que um ato de “caridade”, esses investimentos eram feitos sob uma política de interesse. Se no século XIX a América Latina nasceu para fins de interesses europeus, no período pós Guerra, ela era interesse norte-americano. O investimento recebido pela América Latina na época do Plano Marshall, ocasionou diferentes compreensões acerca do seu relacionamento com os EUA. Nem todos os Estados latino-americanos estavam dispostos a viver sob constante tutela estadunidense. Enquanto a “Guerra Fria foi implantada pelos EUA para consolidar sua hegemonia no mundo ocidental” (SANTOS, 1998, p. 2), todo o intervencionismo dos EUA na América Latina não evitou que determinados Estados se rebelassem contra a influência norte-americana e, pelo contrário, só tornou o ambiente mais favorável a revoltas populares.

A América Latina foi também, com o apoio dos EUA, um palco de grandes ditaduras. Alguns Estados, como é o caso do Chile, passaram tanto por revoltas populares quanto por regimes ditatoriais. Não é possível falar dos processos

políticos durante os anos correspondentes da Guerra Fria na América Latina sem citar a participação direta ou indireta dos EUA. Por meio disso, no próximo tópico será abordado como se deram as Revoluções Mexicana e Cubana, levando em menor ou maior medida a participação e influência norte-americana.

### **A Revolução Mexicana: a voz do campo grita**

Alguns fatores políticos e sociais que precederam a Revolução Mexicana são necessários para uma melhor compreensão desse período tão importante na história do México. É importante lembrar que guerras e revoluções dependem de inúmeras circunstâncias antecedentes. Sendo assim, antes que a Revolução Mexicana seja apresentada em si, é necessário apresentar quais fatores políticos transcorreram até chegar a ela.

“Sob que condições e formas a revolta “primitiva” pode transformar-se em movimento revolucionário?” (LÖWY, 2005, p.2). Por meio dessa pergunta, busca-se entender quais fatores levaram o México a uma revolução camponesa. Antes mesmo de a população camponesa mexicana pegar em armas e ir para o campo de batalha, o México já enfrentava problemas com as questões de terras. De acordo com Donatto (2000 apud RIZZI, 2016), “historiadores dedicados à fase pré-hispânica do México afirmam que a injusta distribuição de terras no país já existia antes mesmo da colonização espanhola” (p. 172).

Com a chegada dos espanhóis, o processo de organização social no México mudou completamente. Durante o período colonial, o México enfrentou uma concentração fundiária específica, a religiosa. Muitas terras se encontravam sob o domínio de *manos muertas*<sup>8</sup>, problema que o México independente teve que enfrentar. Assim, como outros países da América Latina, o México não enfrentou um processo diferente quanto à segregação racial. A população indígena sofreu arduamente nas mãos dos colonizadores que impunham sua diferença racial como hegemônica, ampliando a exclusão da população nativa local<sup>9</sup>.

Essa população foi ainda mais explorada com o processo de *hacienda*<sup>10</sup>, que tinha como objetivo a acumulação. De acordo com Rampinelli, “o processo de *hacienda* mexicana era muito mais violento do que o processo das fazendas no período colonial” já que “ela interferia no costume dos povos indígenas em prol da

<sup>8</sup> Propriedades eclesiais (RIZZI, 2016).

<sup>9</sup> Estima-se que 60% da população era composta por índios. Mestiços, por sua vez, representavam 22% e brancos, apenas 18% (DONATTO, 2000 apud RIZZI, 2016, p.175).

<sup>10</sup> Era uma propriedade rústica que cumpria um conjunto específico de atividades econômicas (...) e baseada em peonagem da dívida para o desempenho de suas funções (LEAL & FERNÁNDEZ, 1990 apud RIZZI, 2016, p. 364).



acumulação de capital” (2011, p. 91). A *hacienda* era nada mais que a epítome da estrutura capitalista no México, da qual a exploração dos povos originários e camponeses era a matriz produtora.

O processo de construção das *haciendas* pode ser entendido como a continuidade da exploração que se deu ao início da colonização<sup>11</sup>. Entretanto, as *haciendas* representavam algo muito além da exploração de riquezas, elas eram acumulação de capital frente à construção de uma sociedade moderna<sup>12</sup>.

“Em meados do século XIX, as tendências liberais abriram passo rumo ao desenvolvimento capitalista do país” (CIUDAD, 2005, p. 7). Esse seguimento das *haciendas* rumo ao desenvolvimento capitalista no México, “resultou em uma nova classe de pequenos proprietários” e no reforço e criação “de uma classe que concentrou” uma enorme quantidade de terras (CIUDAD, 2005, p. 7). Esse é um importante processo anterior à Revolução, pois ele inicia um projeto de modernização do México, no qual as desigualdades se ampliaram levando à revolta popular.

Conforme aborda Rampinelli (2011), a construção das ferrovias, telégrafos e correios marcam outro ponto no desenvolvimento do capitalismo no México. As ferrovias, em termos gerais, foram importantes para a conexão entre cidades e países. Através delas, era possível o intercâmbio de insumos e matérias primas. A construção de ferrovias no México, “acelerou a desintegração dos antigos costumes dos camponeses, aumentou a apropriação das terras dos indígenas, proletarizou os trabalhadores e artesãos e acentuou as diferenças de desenvolvimento entre as regiões” (RAMPINELLI, 2011, p. 92). O processo de industrialização era interessante em determinados aspectos, mas também era excludente quanto à participação efetiva dos indígenas e camponeses nos ganhos de sua produção<sup>13</sup>.

Segundo Ciudad (2005), a expansão territorial das *haciendas* gerou um sentimento generalizado de rejeição, pois a busca por terras era cada vez maior

<sup>11</sup>“A partir de la Independencia, los estructuradores de la republica de México en vez de recoger los anhelos populares, favorecieron la conservación de la estructura económica y social heredada de la colonia” (CIUDAD, 2005, p. 5).

<sup>12</sup> “O modelo econômico implementado pelos espanhóis que fomentou a divisão da sociedade mexicana entre grandes latifundiários, *pueblos* ou comunidades indígenas e camponeses sem terras. Ao longo do período colonial a até mesmo depois da independência, essas desigualdades foram acentuadas; o porfiriato, nesse caso, representou o ponto de culminação desse ‘projeto econômico’, que aperfeiçoou o latifundismo” (BARBOSA & LOPES, 2001, p.167).

<sup>13</sup> “Durante os últimos anos do século XIX, os estados do norte do México atravessaram um período de desenvolvimento econômico. Em geral, os setores agrícolas, pecuaristas e mineiros apresentaram altos índices de crescimento, abrindo novas perspectivas de trabalho para os habitantes da região” (Barbosa & Lopes, 2001, p. 178).



e, por consequência, a desapropriação e desvalorização dos povos também. Anterior à Revolução, o México já havia sofrido vários problemas com perdas de terras, como foi para os EUA em 1847 e a invasão francesa em 1862<sup>14</sup>. No período do governo de Porfírio Díaz<sup>15</sup>, houve um progresso econômico nunca presenciado no México (RAMPINELLI, 2011; PRADO & PELLEGRINO, 2014; RIZZI, 2016; HOBBSBAWM, 2017).

No período em que o porfiriato esteve em voga, o México teve um acelerado crescimento, mas não em uníssono. De acordo com Prado & Pellegrino (2014, p. 102), ainda havia trabalho forçado, como no caso dos índios Yaqui<sup>16</sup>. Nesse processo de modernização, nem sempre há concordância da população com relação ao que deve ser feito. As ideologias políticas tendem a pesar, nos quais determinadas decisões podem não satisfazer a todos.

Modificações muito grandes tendem a causar desconforto, gerando insatisfação e revolta. Durante essa temporada do porfiriato, o México passou por modificação que agradou uma parte, mas também revoltou em maioria a outra. A pobreza da maior parte da população era cada vez mais palpável, muitos trabalhadores fizeram greve e se organizaram contra as opressões de Porfirio Díaz<sup>17</sup> (PRADO & PELLEGRINO, 2014).

Após trinta e três anos governando o México, com uma interrupção de apenas quatro, em 1910, Porfirio Díaz se candidata mais uma vez à presidência do México. Naquela época, surgiu um candidato forte da oposição, Francisco I Madero<sup>18</sup>. Madero fugiu para os EUA e lá organizou uma resposta armada à fraude nas eleições, o Plano San Luis conclamava a derrubada do governo de Porfirio Díaz (PRADO & PELLEGRINO, 2014). E então, em 20 de novembro de 1910, teve início a Revolução Mexicana.

<sup>14</sup> “As disputas e as rivalidades entre as potências mundiais já se davam no México mesmo antes do início da Revolução” (RAMPINELLI, 2011, p. 94).

<sup>15</sup> Foi presidente do México em um período que se compreende de 1877 a 1910 (com intervalos entre 1880-1884), seu governo foi chamado de “porfiriato”. Foi também um militar importante no confronto contra os franceses na luta da ocupação do território mexicano (PRADO & PELLEGRINO, 2014; RIZZI, 2016).

<sup>16</sup> A guerra contra os Yaqui de 1878 a 1885, por meio da qual o Exército Federal lhe arrebatou as férteis terras do Valle, uma das melhores do Estado de Sonora, para entregá-las aos latifundiários mexicanos e estadunidenses, nada mais significou que a penetração sangrenta e violenta do capitalismo na região (RAMPINELLI, 2011, p. 91).

<sup>17</sup> Algumas figuras são importantes antes e durante a Revolução, como é o caso dos irmãos Flores Magón. Jesús, Ricardo e Enrique Flores Magón foram três irmãos que atuaram politicamente antes e durante a Revolução Mexicana. Estudantes de direito e responsáveis pela publicação de diversos periódicos críticos ao Poder Judiciário e ao regime de Porfirio Díaz, foram presos diversas vezes e exilados em razão de sua oposição às instituições, sobretudo às jurídicas (RIZZI, 2016, p. 67).

<sup>18</sup> Francisco I. Madero pertencia a uma rica família de latifundiários do estado de Coahuila, no norte do México. Sua candidatura foi frustrada, pois o acusaram de incentivar a rebelião contra o governo de Porfirio Díaz, o que o levou a ser preso um tempo, mas logo posto de liberdade condicional (PRADO & PELLEGRINO, 2014, p.105).

Segundo Rampinelli a periodização da Revolução Mexicana varia de acordo com a interpretação histórica (2011, p. 90). O desencadeamento da Revolução dá ao México um novo rumo social e político, elevando as manifestações de um povo que estava cansado de ser ignorado. Esse levante no México pode ser visto como uma demonstração da frase clichê “a união faz a força”, já que a insatisfação em massa levou ao extremo desassossego.

“A Revolução Mexicana marca o início da Idade contemporânea na América Latina” (RAMPINELLI, 2011, p. 90), até aquele momento, uma região com grande proporção de população rural. Além disso, a Revolução Mexicana foi a primeira revolução social da América Latina (RAMPINELLI, 2011; PRADO & PELLEGRINO, 2014; HOBBSAWM, 2017).

Logo ao início da Revolução, seus protagonistas aparecem em destaque. Antes que Madero arquitetasse a queda do governo de Díaz, já havia líderes regionais na luta pela causa dos *pueblos* e camponeses, como é o caso de Emiliano Zapata<sup>19</sup> e Pancho Villa<sup>20</sup>. Tanto Zapata quanto Pancho, já eram figuras conhecidas nas regiões em que atuavam, mas a queda do governo Díaz acentuou o protagonismo das demandas das regiões norte e sul do México. Ambos os líderes lutariam por causas similares, mas cada um à sua maneira. Por mais que Zapata e Villa lutassem por questões agrárias – como a devolução de terras aos camponeses e *pueblos* -, ambos tinham visões distintas quanto ao futuro político do México.

Olhando de longa, a Revolução Mexicana é uma das séries de convulsões nacionais que aconteceram desde 1910. Pode ser vista como uma parte de uma série de fenômenos gerais, os quais incluem as revoluções turca, chinesa e russa, assim como as amplas mudanças nacionais resultado da Grande Guerra. Olhando mais restritamente do ponto de vista do continente americano, a Revolução Mexicana representa uma nova nota na política latino-americana, nova não somente nas ideias geradas pelas políticas formuladas, mas na composição racial e econômica dos grupos que participaram do governo. O México é o primeiro país da América Latina no qual a massa da população abaixo da linha da pobreza alcançou o acesso ao domínio político além do aspecto figurativo (TANNENBAUM, 1929, p. 393-4 apud BARBOSA & LOPES, 2001, p.172).

<sup>19</sup> “Emiliano Zapata, mestiço –metade índio, metade espanhol –, nasceu no Estado de Morelos, no sul do México, em 8 de agosto de 1879. Completou 32 anos em 1911, ano em que decide participar dos levantes revolucionários convocados por Francisco Madero” (RIZZI, 2016, p. 114). Zapata se tornou líder do Exército Libertador do Sul e sua figura se tornou lendária na Revolução e na história do México.

<sup>20</sup> “Francisco Villa, que talvez seja a personalidade mais controversa da Revolução Mexicana, nasceu em 5 de junho de 1878, em racho de la Coyotada, Estado de Durango. Chamava-se então Doroteo Arango” (RIZZI, 2016, p. 99). Pancho era um foragido da lei e ex-combatente do exército maderista. Na Revolução, foi líder na Divisão do Norte (PRADO & PELLEGRINO, 2014, p. 107).

Assim que Madero conseguiu chegar à presidência, não viu a necessidade de que os exércitos continuassem armados. Madero considerava que, àquele ponto, a Revolução já era vitoriosa, mas Zapata não encerrava da mesma forma (PRADO & PELLEGRINO, 2014). No pensamento de Zapata, tirar Porfirio Díaz do poder não significava que todas as demandas agrárias da Revolução estavam resolvidas. Dentro dessa proposta, nasce o Plano Ayala<sup>21</sup>.

O Plano Ayala objetivava organizar as demandas das terras dos camponeses e, nesse contexto, passou a considerar o governo de Madero como “traidor” do movimento camponês, pois as demandas continuavam sem respostas (Prado & Pellegrino, 2014; Rizzi, 2016). Nesse ponto exato da Revolução, Zapata passa a ser mais que um líder, se torna também uma inspiração para aqueles cujas causas ele defendia. É nesse momento que zapatismo – como é chamado a corrente daqueles que seguiam as ideias de Zapata – cria forma. De acordo com Rampinelli “o Plano Ayala é a ata de nascimento do zapatismo” (2011, p. 97).

É importante destacarmos que governo maderista não obteve êxito e que o Plano Ayala e outras revoltas camponesas ameaçavam seu poder. Ao perceber que seu governo se tornava cada vez mais impopular, Madero resolveu tentar combater os grupos insurgentes. “Em Ayala, território de zapatistas, aldeias inteiras foram atacadas simplesmente por serem suspeitas de apoiar o exército de Zapata. E os confrontos no sul se estenderam até 1912” (RIZZI, 2016, p. 125). O que Madero não esperava, é que alguém de sua própria confiança fosse traí-lo. Victoriano Huerta<sup>22</sup>, chefe do Exército Nacional, nomeado pelo próprio Madero, conspirou com o embaixador norte-americano em favor de sua queda (PRADO & PELLEGRINO, 2014).

A partir desse ponto, pode-se dizer que a Revolução tomou um outro rumo. Começa-se uma disputa de poder por todos os lados. Huerta deu um golpe em Madero, mas também sofreu com o exército constitucionalista que não reconhecia a legitimidade de seu governo. Houve enfretamento do governo de Huerta com os aliados de Carranza<sup>23</sup> por mais de um ano. Entretanto, em meado de 1914, Huerta oferece rendição e foge para os EUA (PRADO & PELLEGRINO, 2014, p.108).

As demandas da Revolução continuaram a todo vapor, cada vez mais os grupos disputavam entre si a governança do México. Os exércitos de Zapata, Villa

<sup>21</sup> “Foi a primeira bandeira do experimento mais notável e mais discutido de reforma agrária na América Latina” (RAMPINELLI, 2011, p. 97).

<sup>22</sup> Chegou ao poder por meio de um golpe, em 1913. Assim que assumiu a presidência, mandou prender Madero e seu vice, José María Pino Suarez. Na madrugada daquele dia, Madero e Suarez foram fuzilados ao mando de Huerta. (Prado & Pellegrino, 2014, p. 106).

<sup>23</sup> Venustiano Carranza era governador de Coahuila, estado norte do México.

e Carranza disputavam arduamente o controle político mexicano. Villa e Zapata, compactuavam das mesmas aspirações camponesas, ao contrário de Carranza que não tinha uma agenda voltada com prioridade para essas demandas. No final de 1914, revolucionários tentaram resolver suas diferenças, mas não houve acordo. Os vilistas desautorizaram Carranza como chefe do executivo em uma convenção na cidade de Aguascalientes, na qual se originou uma divisão em dois lados (PRADO & PELLEGRINO, 2014).

As forças de Zapata e de Villa se juntam formando um exército de 60 mil homens, “essa foi a ocasião de maior poder das forças camponesas e populares”. (Prado & Pellegrino, 2014, p.109). Essa união parecia um símbolo de vitória, mas não foi conforme as coisas aconteceram. Álvaro Obregón<sup>24</sup> derrotou Pancho Villa na Batalha de Celaya, em 1915. E o exército zapatista foi dizimado por Pablo González<sup>25</sup> (PRADO & PELLEGRINO, 2014, p. 109). Em meio a esses conflitos, Carranza criou uma lei agrária e, com isso, conseguiu se aproximar dos seguidores de Villa e Zapata. Nesse período da Revolução, já chegando em 1915, o México passou por mais conflitos políticos ao comando de Carranza. Obregón, ao lado de Carranza, foi repressivo e intimidador. Naquele mesmo ano, até 1916, muitas reformas foram propostas e aprovadas. Sendo a maioria delas de cunho liberal e anticlerical (PRADO & PELLEGRINO, 2014).

Para debater as reformas, “o Congresso Constituinte mexicano se reuniu ao longo de dois meses, entre 1º de dezembro de 1916 e 5 de fevereiro de 1917, ultrapassando em poucos dias o prazo de dois meses estipulado na norma que o convocou” (RIZZI, 2016, p. 166). Essas reformas levaram adiante diversas discussões sobre qual destino a política mexicana devia tomar.

Não satisfeito com o plano de reformas, Carranza acreditava que era preciso se livrar ainda daqueles que eram contra seu governo. Villa e Zapata não estavam mais no combate de frente, mas permaneciam fiéis às suas ideologias, mantendo contato com os camponeses onde quer que estivessem. Para alguns historiadores, em termos gerais, a Revolução Mexicana se encerra nesse momento em que são aprovadas as reformas do governo de Carranza (1917), para outros, a Revolução só se encerra com a morte de Zapata em 1919<sup>26</sup>.

<sup>24</sup>Álvaro Obregón foi militar no estado de Sonora e aliado de Huerta na destituição de Madero. Chegou a ter problemas políticos com Huerta durante a Revolução e se tornou presidente do México em 1920 (Prado & Pellegrino, 2014).

<sup>25</sup> Pablo González, foi chefe do exército constitucionalista (Rizzi, 2016, p. 429).

<sup>26</sup> Para a historiografia oficial, a Revolução Mexicana começa em 1910, com o Plano San Luis Potosi, e termina em 1917, com a promulgação da nova Constituição. Já para os historiadores Adolfo Gilly

Zapata é morto em 1919, em uma emboscada armada por Pablo González (PRADO & PELLEGRINO, 2014). Nesse ponto, pode-se afirmar que, a morte de Zapata leva consigo um ideal, mas também faz nascer outro, como é caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)<sup>27</sup>. Pancho Villa morre alguns anos depois, em 1923. Entretanto, logo após a morte de Zapata e com Villa estando afastado em uma fazenda, o governo de Carranza continuou com diversos conflitos.

Carranza e Obregón tinham desavenças cada vez mais nítidas e intoleráveis. Essas desavenças logo afastaram Carranza do poder, que se isolou saindo da Cidade do México para se instalar em Vera Cruz. Em 21 de maio de 1920, Carranza foi assassinado. Não se sabe a autoria do crime. E, naquele mesmo ano, Obregón se tornou presidente do México (PRADO & PELLEGRINO, 2014, p. 113).

A Revolução Mexicana logrou destruir o velho estado da oligarquia e da burguesia exportadora que vinha da Constituição liberal de 1857, estabelecendo um novo Estado burguês, garantido pela Carta Magna de 1917. Desse modo, impediu-se que a oligarquia se transformasse diretamente em burguesia industrial (RAMPINELLI, 2011, p. 93).

A Revolução Mexicana foi não só importante para o México, mas também para a América Latina e para mundo. Além de ter sido a primeira revolução social, ela teve influência no fim de vários Estados Oligárquicos na América Latina, sendo também, o motor fundamental para o desenvolvimento do capitalismo na região (RAMPINELLI, 2011.p. 94). No que tange à importância e o alcance mundial, a Revolução Mexicana chamou a atenção das principais potências mundiais da época já que havia o embate de grandes potências sobre a hegemonia na América Latina. Segundo Rampinelli, naquela época, o México era “o país mais rico, principalmente em *commodities*, destacando-se minerais e petróleo” (2011, p. 94).

Por fim, a Revolução Mexicana demonstrou a força de uma classe sucateada que fez com que sua voz fosse ouvida. É preciso mencionar que, por mais que a Revolução tenha tido diversos problemas com relação às suas lideranças, principalmente no poder Executivo, ela não se fez menos válida ou

---

e Henrique Semo, entre outros, ela continua, sendo interrompida em 1920, com o assassinato de Emiliano Zapata, no ano anterior (Rampinelli, 2011, p. 105).

<sup>27</sup> Movimento camponês que surgiu em 1994, no estado de Chiapas.

incapaz. A todo custo, foi uma revolução que inovou a luta anti-imperialista na América Latina e, até hoje, é um símbolo da história nacional mexicana<sup>28</sup>.

### **A Revolução Cubana: “uma lua de mel coletiva”<sup>29</sup>**

Assim como a Mexicana, a Revolução Cubana tem importantes antecedentes. A ilha passou por diversos conflitos enquanto colônia espanhola e viveu anos de guerra até conseguir sua independência. Vale lembrar que Cuba foi o último país a se tornar independente na América Latina. O processo de independência foi violento, com a Espanha e os EUA disputando o domínio sobre o país. Quando Cuba se torna independente, em 1898, a contragosto da Espanha, o estado passa a ser um protetorado dos EUA que impunha sua ideologia política e de mercado em mais um país latino-americano.

Cuba torna-se um país completamente dependente dos EUA, saindo do colonialismo para entrar no imperialismo que prevê a “expansão econômica de interesses privados nacionais com uma política externa intervencionista” (AYERBE, 2004, p. 25). Por meio da *Emenda Plant*<sup>30</sup>, os EUA mantiveram o controle político sobre Cuba até 1923. Nesse período, Cuba era governada por Geraldo Machado (1925-1933), que era um governo ditatorial. O governo de Machado sofreu alguns problemas com a queda da Bolsa em 1929, além de repressões de forças populares. Carlos Manuel de Céspedes assumiu a presidência por um período curto, no qual foram depostos estratos subalternos do Exército nos quais estava Fulgêncio Batista (DOMINGOS, 2014, p. 76).

Com o lema “Cuba para os cubanos”, o novo presidente, Ramón Grau San Martín, desejou realizar reformas às quais o Exército não era favorável. Percebendo isso, os EUA convenceram Batista a interferir e prometeram ajuda do país. Em janeiro de 1934, “Batista retirou o apoio do Exército a Grau San Martín e o ofereceu a Carlos Mendieta, velho político cubano: em cinco dias os EUA reconheceram o novo presidente”. Em 1939, Fulgêncio Batista concorre as eleições e vence com mais de 800 mil votos contra 575 mil de Grau San Martín (DOMINGOS, 2014, p. 77). Novamente, Grau San Martín governa Cuba pelo período de 1944-1948 e seu sucessor Prío Socarrás de 1948-1952. Durante esses oito anos, Cuba viveu uma frágil democracia e vislumbrou “lideranças que

<sup>28</sup> Não foi possível tratar nesse artigo informações mais detalhadas da Revolução Mexicana. Para melhor entendimento, ver as bibliografias usadas no tópico.

<sup>29</sup> Termo usado por Hobsbawm para se referir ao ápice da empolgação dos grupos revolucionários na América Latina sobre a Revolução Cubana.

<sup>30</sup> Documento que contém as diretrizes para a política de Cuba para com os EUA, a nota acima é um dos pontos que constituem essa Emenda.



apostavam na legitimidade do sistema como premissa para o encaminhamento das mudanças socioeconômicas de que o país necessitava” (AYERBE, 2004, p. 26).

Em 1952, Batista tendo consciência de uma possível derrota nas eleições para Agramonte, promove um golpe militar (AYERBE, 2004; Domingos, 2014; Pomar, 2016). Nesse retorno, Batista volta como um político diferente do primeiro governo – que conquistara por vias democráticas. Seu perfil ditatorial provoca uma série de revoltas populares, tornando seu governo a cada dia mais insustentável. É nesse contexto que o líder Fidel Castro vai surgir, assumindo já naquele mesmo ano uma das candidaturas do Partido Ortodoxo (AYERBE, 2004).

Desse momento em diante, Fidel reúne um grupo de jovens para armar a derrubada de Batista. A primeira delas é o assalto aos quartéis de Moncada, no qual se pretendia uma greve geral chamando a atenção para a derrubada do regime de Batista. Fidel passa a reunir cada vez mais jovens solidários à causa. No princípio, o grupo não obteve êxito. A emoção dos jovens revolucionários tomou à frente, fazendo com que sua primeira tentativa revolucionária fosse fracassada. Após esse episódio, Fidel é preso e condenado a quinze anos de prisão, do qual cumpre apenas um ano e meio (AYERBE, 2004).

Ao deixar a prisão, refugia-se no México. Logo Fidel percebe o quão precipitado fora em sua primeira tentativa de derrubar Batista e, no México, ao conhecendo outros aliados, inclusive Ernesto Che Guevara, prepara um novo plano para voltar à Cuba e derrubar Batista. Percebe-se que, ao se refugiar no México, Fidel logo desempenha seu papel de líder no comando dos rebeldes dispostos à invasão. Não se nota em nenhuma das literaturas lidas nesse artigo qualquer menção de objeção a sua postura de líder. Os autores parecem concordar que sua figura era respeitada como tal. Até a volta de Fidel à Cuba, houve confronto entre grupos rebeldes com a ditadura de Batista. Fidel e seus revolucionários chegam em Cuba no último dia de 1958, trazendo a Revolução para o início de um novo ano. Após a chegada dos revolucionários, Batista foge e vai se refugiar na República Dominicana já sem apoio dos EUA (DOMINGOS, 2016, p. 79).

Após o triunfo na derrubada de Batista, a Revolução tomou novos rumos quanto à organização da sociedade cubana. Após derrubar o governo ditatorial e oligárquico, Fidel precisou enfrentar as posições contrárias a seu governo. A Revolução ocorreu em um período histórico mundialmente conturbado, a Guerra Fria. Para além da dicotomia EUA x URSS, a Guerra Fria foi palco de diversas



transformações ao redor do mundo. Entretanto, aos olhos dos EUA, esses eventos não eram caóticos. Cuba provocou o efeito contrário.

De acordo com Lattanzi “a Revolução Cubana era vista como um exemplo do que poderia acontecer com outros países da região se os Estados Unidos insistissem no intervencionismo” (2017, p.3). Levando esse ponto em consideração, os EUA começaram a criar planos para intervir em Cuba. A partir daí, as relações entre Cuba e os EUA não seriam mais as mesmas. Como protesto, os EUA, a comando de Eisenhower, aplicaram embargos econômicos à Cuba. Aquele já era o primeiro ano de Revolução, Cuba já estava em diálogo com a URSS, embora ainda superficialmente. As relações dos cubanos com a URSS se aprofundaram depois de diversos conflitos com os EUA.

Ayerbe (2004, p. 612) aponta que a restrição da venda de combustíveis à Cuba, imposta pelos EUA, levaram o país a recorrer ao petróleo da URSS e, ao fazê-lo, as maiores empresas de combustíveis dos EUA se negaram a refinar o petróleo soviético. Além da obstrução de combustíveis, o governo estadunidense reduziu 95% da importação de açúcar cubano. Em resposta, Cuba nacionalizou as empresas nacionais e estrangeiras. Conforme se davam os conflitos, em janeiro de 1961, os EUA romperam relações diplomáticas com Cuba (AYERBE, 2004; POMAR, 2016).

A todo custo, os EUA tentaram invalidar o governo de Fidel. Em 1962, o presidente Kennedy autorizou uma invasão que já estava planejada desde o fim do governo Eisenhower. No total, 1.500 homens vindos da Guatemala desembarcaram na Baía dos Porcos a mando dos EUA, mas a invasão foi um fracasso e, os homens que não foram mortos, foram feitos prisioneiros pelos guerrilheiros cubanos (AYERBE, 2004). O presidente Kennedy não conseguia processar a derrota sofrida na operação da Baía dos Porcos e, a todo custo, criava programas de sabotagem<sup>31</sup> ao governo de Fidel. Vale considerar que a maior frustração dos EUA não era a Revolução em si, mas a ousadia de Cuba em não se submeter à sua política intervencionista. Nos primeiros anos de revolução, Cuba, através de uma campanha de alfabetização, conseguiu atingir o nível mais baixo de analfabetismo da América Latina, um total de 3,9% da população (AYERBE, 2004, p.68).

---

<sup>31</sup> Chamada de Operação Mangosta, ela incluía o bloqueio econômico, bem como a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e dos organismos financeiros regionais (POMAR, 2016, p. 47).

No ano de 1962, as relações de Cuba e os EUA só pioraram. Naquele mesmo ano, Cuba assinou acordos com a União Soviética de venda de cota açucareira e, os EUA bombardearam quartéis e aeroportos cubanos (AYERBE, 2004). Àquela altura, Cuba já declarava um regime socialista – o que deixava os EUA ainda mais incisivos. Ainda naquele ano, os EUA expulsaram Cuba da Organizações dos Estados Americanos (OEA). O episódio mais dramático dessa relação ainda estava por acontecer. Segundo aponta Ayerbe (2004, p. 50), a Crise dos Mísseis foi o momento de maior tensão na Guerra Fria.

Ao instalarem mísseis em Cuba, a URSS não teve nenhuma perda. Cuba, por outro lado, saiu mais prejudicada. Além do bloqueio econômico, que incluía a proibição de importações de produtos de origem ou importados por Cuba, foi decretado o bloqueio naval em virtude dos mísseis instalados (AYERBE, 2004, p. 63).

Mas é no imaginário e no senso identitário latino-americanos que a Revolução Cubana tem o seu lugar de maior destaque. A recepção do evento cubano e as reflexões que ele disparou encontraram rápido reflexo em todos os países do continente, demonstrando o alto grau de homogeneidade das sociedades latino-americanas (SADER, 1991 apud MARTINS & LIEBEL, 2015, p. 8).

Em termos gerais, a Revolução Cubana foi um processo muito importante para Cuba e para a América Latina. Entretanto, é preciso dizer que os preços a pagar foram bastante altos. Enquanto alguns jovens latino-americanos sonhavam que algo semelhante à Revolução Cubana acontecesse em todo o continente, Cuba enfrentava diversos problemas econômicos internos. É importante ponderar que Cuba não se alinhou, necessariamente, à URSS por compatibilidade política – já que a ideologia socialista de Cuba só nasce dois anos após à Revolução –, mas por uma necessidade majoritariamente econômica. Pode-se considerar que Cuba foi “empurrada” ao regime socialista em razão da perda de mercado nos EUA, que eram contrários à Revolução (POMAR, 2016, p. 47).

Para além da importância para a própria Cuba, a Revolução teve papel importante em outras revoluções no Sul Global – como foram nos casos de Angola e Nicarágua<sup>32</sup>. Mesmo que Cuba tenha enfrentado diversos problemas com os EUA, não se deixou enfraquecer pelas questões econômicas. De acordo com Pomar, Cuba “continuou perseverando nos seis anos seguintes, através de grupos

---

<sup>32</sup> Para saber mais, ver o artigo “O papel da Revolução Cubana nas revoluções terceiro-mundistas durante a Guerra Fria: o internacionalismo cubano em Angola e na Nicarágua, Nogueira; Ruiz; Bittencourt; Füh; Rodriguez, 2017.

armados, lançados de paraquedas no interior do país e alimentados e municiados também por incursões clandestinas de aviões piratas” (2016. p. 62). Mesmo com todas as barreiras impostas, Cuba seguiu seu ritmo mesmo sendo difícil acreditar que ela seguiria bem sem as relações com os EUA.

### Considerações Finais

Na discussão feita ao longo do artigo, pôde-se perceber quanto o fenômeno das revoluções pode ser enriquecedor para o estudo nas Relações Internacionais. Percebemos como um território de grande potencialidade econômica foi ambicionado por diversas nações. Através da escravidão das diásporas negras e dos povos indígenas, a Europa criou um modelo de sociedade à sua própria imagem. Em termos de exploração, a Europa causou não só escravização da força física, mas também a escravização do saber (QUIJANO, 2005).

Já no fim do século XIX, quando a Europa perdia influência na América Latina, os EUA tomam o controle através do intervencionismo – que consistia em fazer parecer que havia um benefício mútuo entre as nações. Por meio de planos econômicos, os EUA garantiram a manipulação de governos que agiram conforme seus interesses, fazendo-os acreditar que agiam por si mesmos. O processo de manipulação norte-americana na América Latina se deu por diversas formas, entretanto, a econômica foi a mais bem-sucedida.

O intervencionismo estadunidense e os governos ditatoriais levaram a região a explodir em uma onda utópica de revoluções. Como um processo gradual, as revoluções ampliaram o olhar para o interior de uma sociedade cansada das barbáries daqueles que os ignoravam. No caso da Revolução Mexicana, fez-se oposição a uma sociedade oligárquica que tinha como objetivo se tornar uma sociedade capitalista industrial. A Revolução Mexicana visou reforçar a importância dos povos rurais para a construção de uma nova sociedade (RAMPINELLI, 2011). A Revolução Cubana foi um dos maiores desafios para os EUA na América Latina, destacando os aspectos negativos das intervenções norte-americanas na ilha. Cuba causou um frenesi no continente e fez diversos outros movimentos revolucionários de esquerda sonharem com algo semelhante (HOBSBAWN, 2017).

Em geral, as revoluções que ocorreram na América Latina não só objetivaram melhores condições de vida para a população, mas também a derrubada de hegemonias estrangeiras que insistiam em lhes dominar. Sendo

assim, podemos perceber que as revoluções latino-americanas são um fenômeno importante não só para as sociedades em que elas ocorrem, mas também como campo de estudo para a ampliação de pesquisas fora do Norte Global.

## Referências Bibliográficas

- AKOTINE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. 152p.
- ARAUJO, Maria Celina D'. *Prospectos da democracia na América Latina em 2006*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2006. 13p.
- ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de America Latina*. Venezuela: Centro de Estudios Latino Americanos Romulo Gallegos, 1980. 133p.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002. 301p.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004. (Coleção Revoluções do século XX). 136p.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Sousa. *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XX: tendências gerais e novas perspectivas*. São Paulo: História. V. 1. 2001. P.163-198.
- CIUDAD, Iván Torres. *Aspectos de la Revolución Mexicana (1910-1917): la revolución suriana*. Santiago: Seminario de Grado para optar a la Licenciatura en Historia, 2005. 117p.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2014. 379p.
- DUSSEL, Enrique. "Europa, modernidad y eurocentrismo". In: LANDER, Edgardo (edit). *La colonialidad del saber: eurocentrismo, y ciencias sociales*. Bueno Aires: Clacso, 2000. 41-54p.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del derarróllo*. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. 424p.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007. 160p.
- HOBSBAWM, Eric. *Viva la revolución: A era das utopias na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2017. 545p.
- LATTANZI, Eduarda. *A relação política entre Cuba e Estados Unidos: da Revolução Cubana ao falecimento de Fidel Castro*. Grupo de Relações Internacionais e Sul Global, 2017. 15p.
- LEITE, George de Cerqueira. *A guerra da identidade: raça e mestiçagem no pensamento latino-americano*. Brasil: Flacso, 2009. 28p.

LIEBEL, Vinícius; MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *A Revolução Cubana e sua Recepções*: Imprensa e Academia. Ano 5, nº8, 2015. 24p.

LÖWY, Michael. *A mística da revolução*. Ano 3, nº 3, 2005. 6p.

MIGNOLO, Walter. D. *La idea de America Latina*: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007. 120p.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. *História da América Latina*. 1ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2014. 206p.

POMAR, Wladimir. *Cuba: revolução e reforma*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 179p.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. 27p.

RAMPINELLI, Waldir José. *A Revolução Mexicana*: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. Revista Espaço Acadêmico, Ano XI, nº 126, 2011.

RIZZI, Ester Gammardella. *Revolução Mexicana*: o direito em tempos de transformação social. São Paulo: Faculdade de Direito de São Paulo, 2016. 522p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina SA, 2009. 518p.

SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência*: um balanço histórico e teórico. 1998. 53p.